

Hermenêutica bíblica: refazendo caminhos

*José Ademar Kaefer**

Resumo

A Bíblia contém Palavra sempre atual por causa da hermenêutica. O que é a Bíblia senão a reinterpretação de fatos do passado. Desse modo, a hermenêutica é uma ação constante na Bíblia, como também na vida e conclusões de seus leitores de qualquer tempo. Após o surgimento do Método Histórico Crítico, no princípio do século XX, muitos métodos e abordagens surgiram, a partir dele ou em reação a ele, o que revela a riqueza e o interesse que a Bíblia tem despertado. Nos rastros da hermenêutica latino-americana e caribenha, o ensaio apresenta um panorama desses métodos e abordagens, com suas contribuições e limitações. Apresenta, ainda, as recentes novidades e tendências do enfoque bíblico, como a teoria pós-colonial, o pluralismo religioso e as contribuições das últimas descobertas arqueológicas.

Palavras-chave: Bíblia; hermenêutica; métodos; exegese.

Biblical hermeneutics: retracing paths

Abstract

Hermeneutics makes Bible a Word always updated. What is Bible without facts reinterpretations? Thus, hermeneutics is a constant action in the Bible and also in life and in the conclusions of its readers any time. After the emergence of the Critical Historical Method, in the early XX century, many methods and approaches emerged from it or in reaction to it. This reveals the richness and interest that Bible study has achieved in the last century. In the footsteps of Latin American and Caribbean hermeneutics, the paper presents an overview of such approaches, with their contributions and limitations. It also presents the latest news and trends in Bible study, as postcolonial theory, religious pluralism and the contributions of the latest archaeological discoveries.

Keywords: Bible; hermeneutics; methods; exegeses.

* Doutor em Teologia Bíblica pela Universidade de Münster, Alemanha. Professor titular de Antigo Testamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP (Jose.kaefer@metodista.br).

Hermenéutica bíblica: voltando sobre caminhos

Resumen

La hermenéutica hace de la Biblia Palabra siempre actualizada. ¿Qué es la Biblia, sino reinterpretación de acontecimientos pasados? De manera que, la hermenéutica es un hecho constante en la Biblia, así como lo es en la vida de sus lectores de cualquier tiempo. Después del Método Histórico Crítico, en el comienzo del siglo XX, muchos métodos y enfoques surgieron de él o en a reacción él, lo que prueba la riqueza y el interés que el estudio bíblico ha despertado en el siglo pasado. En la huella de la hermenéutica latinoamericana y caribeña, el texto presenta una visión general de estos métodos, con sus aportaciones y limitaciones. También presenta las novedades y tendencias del estudio bíblico actual, como la teoría post-colonial, el pluralismo religioso y los aportes de los últimos descubrimientos arqueológicos.

Palabras clave: Biblia; hermenéutica; métodos; exégesis.

A nossa reflexão está em continuidade com a reflexão que a longo tempo vem sendo feita na América Latina e Caribe e estendendo-se pelo mundo afora. Não poderia ser diferente, pois sou filho da teologia da libertação, gestado no seio das Comunidades Eclesiais de Base, nos movimentos populares e lapidado na academia. Trago nas veias a mística de grandes homens e mulheres que nos precederam e entusiasmaram no perscrutar da Palavra. Não consigo deixar de pensar em Milton Schwantes, Severino Croatto, Frei Gilberto Gorgulho, José Comblin, Archibald Woodruff..., e de outros e outras que ainda estão conosco, ativos, e que nem a idade consegue parar. Penso em Carlos Mesters, Jorge Pixley, Ana Flora Anderson..., gigantes humildes que estarão sempre entre nós apontando a direção da aurora. Entendo que devemos manter-nos fiéis na senda por eles e elas aberta, de construir uma hermenéutica que nasce do chão do povo e volta para o chão do povo.

Expressamos aqui apenas nossa forma de fazer e entender a hermenéutica bíblica, sem, com isso, de maneira alguma, menosprezar outros métodos. Aliás, a diversidade de abordagens é uma prova da grandeza da Bíblia. Estar aberto ao diferente é o que permite o enriquecimento do aprendizado do exegeta. Portanto, antes de desfazer, devemos estimular novas abordagens. Obviamente que temos nossa preferência e é o que queremos mostrar aqui.

1. Na lida com o sagrado

Quase a totalidade das pessoas que leem a Bíblia a têm como um livro sagrado. É basicamente nisso que consiste sua importância. Portanto, quando nos dispomos a estudar e pesquisar para falar de seus textos, deveríamos ter, *a priori*, uma postura de respeito, de sensibilidade, de cuidado..., tanto pelo conteúdo em si quanto, e principalmente, pelas pessoas que a têm como sa-

grada e que continuamente orientam sua vida por ela. Penso que este é um dos aspectos que diferencia o estudo da Bíblia do estudo de outro livro ou livros. Ou seja, ao estudar a Bíblia e escrever sobre ela, estaremos lidando também com pessoas e suas crenças sagradas. Evidentemente que é preciso ver o que se entende por sagrado, conceito que se amplia muito quando se estuda sério a Bíblia.

Uma coisa é a Bíblia para a pessoa crente comum, não importa se pertence a uma Igreja e a que Igreja, outra coisa é a Bíblia para o exegeta. No entanto, o bom seria que a distância entre ambos fosse pequena. Que a fronteira entre os dois lados fosse tênue e estivesse sempre aberta. Que houvesse trânsito livre e que esse trânsito fosse constante, principalmente da via que leva o exegeta ao povo.

Talvez o estudioso possa nos interpelar se não estamos enveredando mais para o campo da pastoral que para o acadêmico. Correto! Aliás, é exatamente aqui que se encontra o ponto nevrálgico de nosso ensaio: a hermenêutica tem a ver mais com o cotidiano, com o popular, com a aplicação do conteúdo na vivência e convivência do dia a dia do que com a exegese propriamente dita. É por isso que é tão importante produzir um estudo bíblico que não esteja desvinculado da realidade popular.

2. Hermenêutica na Bíblia

Entendemos que a Bíblia sem hermenêutica não é Bíblia. Ela é, de certa forma, Palavra de Deus por causa da hermenêutica, que a torna sempre atual e útil, tendo algo a dizer no dia a dia de qualquer tempo. A Bíblia é hermenêutica. O que é a Bíblia senão reinterpretação dos fatos passados a partir da fé e da realidade presente? Basta estudá-la para perceber como os fatos são continuamente reinterpretados e atualizados dentro da própria Bíblia. É por isso e para isso que quase todos os que leem a Bíblia a leem. E é nisso que consiste sua riqueza.

É assim que nasce a Bíblia. Primeiro no nível da oralidade. Numa sociedade onde não tem escrita, ou esta é propriedade de um grupo muito restrito, a tradição oral tem um papel determinante. Nas aldeias, nos clãs, o ensino acontece por meio do relato de histórias, mitos, histórias de heróis, contos, ditos populares, epopeias, sagas etc. Ao redor do fogo, nas refeições, em reuniões e festas, os mais velhos contavam as histórias que ouviram de seus antepassados: “nossos pais nos contaram”. Sem dúvida, esses relatos aguçavam o imaginário criativo e interpretativo dos ouvintes e exigia o exercício da memória e o zelo pela fidelidade dos contadores de histórias. É por isso que a história é tão importante para o povo de Israel. É impressionante o quanto uma pessoa que não sabe ler presta atenção na hora da

leitura de um texto. A razão é que esta é a única oportunidade que ela tem de se inteirar do que aí está escrito. Outras pessoas que sabem ler não têm essa necessidade, pois podem fazê-lo em qualquer momento, ou seja, não precisam guardar o conteúdo na memória, ele já está registrado no papel, que é uma forma de memória.

No Segundo Testamento, nos primeiros anos das comunidades cristãs, se conhecia Jesus pelo que se contava sobre ele. Só mais tarde é que se começa a escrever, inclusive para que as histórias não se perdessem. A primeira fase dos evangelhos, portanto, também foi oral.

Quando a escrita começa a fazer parte das reuniões das comunidades, não se conta mais as histórias, mas se lê. As leituras eram feitas preferencialmente nas sinagogas, pois o templo tinha a função mais do sacrifício. O exercício da leitura dos textos sagrados era prioritariamente dos escribas, apesar de que os leigos também pudessem ler. Lia-se o texto em hebraico, língua sagrada do templo. O povo, porém, não entendia o hebraico, por isso se fazia a tradução para o aramaico (*targum*: “tradução”). E, em seguida, dava-se a explicação (*darash*: “explicar”, “consultar”) e, por fim, fazia-se a atualização (*midrash*: “atualizar”). (ARENS, 2007, p. 68).

Assim, aos poucos vai se constituindo e caracterizando a exegese, que pode ser dividida em três partes:

Primeiro está a eisegese, que em grego significa “entrar”, “conduzir” para dentro. Portanto, o ato de ir ao texto e adentrar-lhe. Aqui se podem incluir as motivações que me conduzem ao texto, de onde venho e o que trago comigo para dentro do texto.

Depois vem a exegese, que em grego significa “trazer para fora”, “puxar para fora” aquilo que se encontrou ou se descobriu no texto.

Por último vem a hermenêutica, que será o debate sobre a interpretação daquilo que foi descoberto e seu significado para o momento atual.

Severino Croatto denomina isso dizendo que toda leitura pressupõe três dimensões:

1. Atrás do texto: leitura diacrônica
2. No texto: leitura sincrônica
3. Na frente do texto: interpretação, uma nova mensagem para hoje (CROATTO, 1985, P. 11-13)

Esta última parte, que podemos chamar de hermenêutica, mostra que o texto tem o potencial de adquirir novos significados, separando-o do seu autor e de seu público inicial:

Existe uma distância entre o texto e seu autor, pois, uma vez produzido, o texto adquire certa autonomia em relação a seu autor; ele começa uma carreira de

sentidos. Outra distância existe entre o texto e seus leitores sucessivos; estes devem respeitar o mundo do texto em sua alteridade. Os métodos de análise literária e histórica são assim necessários à interpretação. No entanto, o sentido de um texto só pode ser dado plenamente se ele é atualizado na vida de leitores que se apropriam dele. A partir da própria situação, os leitores são chamados a realçar significados novos, na linha do sentido fundamental indicado pelo texto. O conhecimento bíblico não deve se fixar só na linguagem, ele deve procurar atingir a realidade da qual fala o texto.¹

Ou como diz Severino Croatto (CROATTO, 1985, p. 96):

A palavra humana, quando colocada num texto, tem a capacidade de ser colocada em circunstâncias novas, que a iluminam de maneiras diferentes, acrescentando ao seu sentido novas determinações. No caso dos textos bíblicos, esta capacidade é especialmente efetiva.

A título de ilustração tomemos como exemplo a introdução à famosa constituição *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II sobre a revelação divina. Ali, os bispos e cardeais reunidos começam assim a constituição: “O que aqui vimos e ouvimos nestes dias, nós vos anunciamos”. Palavras e atitude bonita dos bispos, que faz eco do que está escrito em 1Jo 1,2-3. Ou seja, os bispos tomam o conteúdo da primeira carta de João e a aplicam a outro contexto, com outros autores e outros leitores, mas, possivelmente, com a mesma intenção. Essa é a capacidade do texto bíblico, diríamos, inclusive, sua finalidade.

Podemos situar aqui o atual estudo da “hermenêutica da recepção” que aborda essencialmente a capacidade de apropriação e recriação dos textos na história e em culturas diferentes. Uma vez que o Método Histórico Crítico (M.H.C.) centraliza sua atenção no sentido original e não se interessa pelas formas como o texto bíblico é reinterpretado na história subsequente (NOGUEIRA, 2012, p. 15-31). Evidentemente que se pode incorrer no erro de pender para outro extremo. Ou seja, de dar atenção exclusiva à forma e olvidar o conteúdo em seu contexto. Entendemos que a forma deve levar-nos ao conteúdo. A forma é importante por causa do conteúdo. É ele que dá sentido à forma. Obviamente que a forma tem o poder de melhorar o conteúdo, de torná-lo mais interessante, mais atraente. Por isso, não pode ser ignorada. Mas a meta final deve ser a de alcançar o conteúdo. Aí está o papel da exegese, de abordar tanto um como o outro.

¹ Comentário a Paul Ricoeur no Documento 134 da Pontifícia Comissão Bíblica. São Paulo: Paulinas, 1994. p. 89.

Além disso, há que se estar atento ao chão do intérprete. Ou seja, se o texto detém o poder de gerar novos textos, há que se perguntar, que textos? Isso depende novamente do intérprete, e aqui entra o interesse, a realidade, o compromisso e a finalidade, a pastoral e a mística do intérprete. Isso determina o poder de um texto recriado. Portanto, se o texto tem potencial para muitos e diferentes significados, a exegese tem o papel de buscar o significado aproximado onde o texto foi gerado, uma vez que o significado autêntico é impossível.

Na verdade, vemos esse processo de releituras constantemente na caminhada do Povo de Israel no Primeiro Testamento. Tomemos como exemplo o êxodo, narrado inicialmente no livro do mesmo nome, Êxodo, onde conta a libertação dos escravos hebreus da opressão egípcia. Conduzido por um líder, Moisés, sob a orientação de um Deus, Javé, os escravos fogem para o deserto onde se constituem povo, com identidade, leis e organização. É assim que nasce Israel. No exílio da Babilônia, para onde mais tarde esse mesmo povo foi conduzido e outra vez escravizado, a experiência do êxodo é relida e atualizada, servindo novamente de modelo para reconstruir a identidade perdida. É isso que vemos no livro do Deutero Isaías. É bem provável que muito do que temos de escrito sobre o êxodo no livro do Êxodo, seja desse segundo momento, onde o suposto fato foi reinterpretado e reescrito. Isso é uma coisa fabulosa, pois é para isso que deve servir a Bíblia, como referência e iluminação para a caminhada, especialmente nos momentos mais difíceis.

Assim, a Bíblia está repleta de reinterpretações. O que é o livro do Deuteronômio, senão uma “segunda lei”, como diz sua definição, uma reinterpretação da Torá. Ou então, o que é o livro de Crônicas, senão um recontar e um reinterpretar de toda a história de Israel já narrada em livros anteriores? É comum encontrar textos paralelos, com diferentes personagens interpretando diferentemente o mesmo fato. Ou diferentes tradições falando do mesmo fato. Apenas por citar alguns, temos duas narrativas da criação, duas versões do decálogo, três tradições do dilúvio etc. etc. Evidentemente os editores dos textos não estavam alheios a essas tradições e interpretações diferentes, às vezes até contraditórias, mas nem por isso as excluíram, pois é exatamente aí que está a riqueza da Bíblia: na diversidade da interpretação.

No entanto, nem sempre essa reinterpretação é isenta de interesses ideológicos de grupos ou pessoas que detêm o poder, particularmente da corte e do templo. Há que se reconhecer que muitas vezes a Bíblia foi utilizada para legitimar a ação de uns poucos sobre a maioria. Interpretações que podem causar muito dano. Cito, como exemplo, uma passagem do livro do Sirácida ou Eclesiástico: “Foi pela mulher que o pecado começou. Por sua culpa todos morremos” (Eclo 25,24). É evidente que o Sirácida ou Ben Sirac

está aqui interpretando a seu modo Gn 3. Ou seja, em torno de trezentos anos depois de escrito, Gn 3 recebe uma interpretação, desconhecida até então. Não é preciso dizer as consequências dessa interpretação no seio da sociedade cristã, sabendo que o Eclesiástico se tornou um dos livros preferidos da Igreja por longos séculos, tanto que foi chamado de “o livro da Igreja”. Dessa interpretação será gestada a concepção de que o pecado e a morte devem-se à mulher. Paulo, ou o escrito atribuído a ele, também dará sua contribuição nessa interpretação (cf. 2Cor 11,3; 1Tm 2,14). É preciso, no entanto, fazer justiça ao livro do Eclesiástico, e dizer que seu conteúdo não se resume nesse tipo de informação. Há muita sabedoria acumulada nessa obra. Em se tratando da hermenêutica, merece ser citado também o prólogo escrito pelo neto de Ben Sirac, autor do livro, provavelmente em Alexandria, por volta de 130 a.C. Portanto, o neto traduz a obra do avô, em torno de 50 depois do livro ter sido escrito. Antes de começar a tradução, coloca uma nota onde diz:

Sois, portanto, convidados a fazer a leitura com benevolência e atenção e a mostrar indulgência onde a despeito do esforço de interpretação não conseguimos traduzir bem algumas expressões. É que não tem a mesma força quando se traduz para outra língua aquilo que é dito originariamente em hebraico. Não somente esta obra, mas a Lei, os Profetas e os outros livros apresentam grande diferença no conteúdo original.

Ou seja, já muito cedo se percebeu a tarefa árdua de se traduzir um texto do hebraico para outra língua, e que, muitas vezes, é preciso recorrer à interpretação. Enfim, o Primeiro Testamento está repleto de hermenêutica.

Jesus também fazia hermenêutica, e não pouco. Menciono, entre tantas, a passagem de Lc 4,16-30, aonde Jesus vai a Nazaré, vilarejo onde foi criado, e entrando num dia de sábado na Sinagoga, a comunidade cobra dele o fato de não atuar em seu povoado, fazendo ali o que se ouvia dizer que fazia em Cafarnaum. Jesus, na sua argumentação, toma duas passagens, a de 1Rs 17,7-24 e de 2Rs 5, e diz que no tempo de Elias, quando houve uma prolongada seca de três anos e seis meses, havia muitas viúvas em Israel, no entanto, Elias não foi enviado a nenhuma delas, mas a uma viúva em Sarepta, na região de Sidônia. Da mesma forma, havia muitos leprosos em Israel no tempo do profeta Eliseu, mas nenhum deles foi curado a não ser Naamã, da Síria. Subentende-se que Jesus tomou a passagem da viúva de Sarepta e do leproso Naamã para justificar sua atuação fora do seu povoado, onde viviam seus parentes, para dizer de que não eram dignos desse privilégio. O curioso é que, conforme nossa compreensão, Elias é enviado à região da Sidônia não

por questão de preferência aos de fora, aos estrangeiros, mas por uma disputa entre Javé e Baal. O autor de 1Reis quer provar que o Deus da chuva é Javé e não Baal, conforme se presumia. Assim, também, que o cuidado dos mais pobres, no caso das viúvas e dos órfãos, é prerrogativa de Javé e não de Baal. Por isso Elias, o profeta de Javé, é enviado no coração do território de Baal, Sidônia, para fazer chover e para cuidar das viúvas.

É possível, portanto, perceber três níveis nesse texto: o primeiro é o do autor que escreve o texto de 1Reis para mostrar que Javé é maior que Baal; o segundo nível é a interpretação de Jesus para justificar sua não atuação em Nazaré, sua terra natal; o terceiro nível é o da comunidade lucana, que utiliza a interpretação de Jesus para defender a inclusão dos gentios no anúncio do Evangelho. Aliás, esta passagem só se encontra no evangelho de Lucas. Poderíamos ainda falar de um quarto nível, que é a nossa interpretação e atualização.

Enfim, também o Segundo Testamento está repleto de hermenêutica. Penso ainda, nos *Midraxim*, principalmente no evangelho de Mateus, que se não é exatamente hermenêutica, tem afinidade. De certa forma, podemos afirmar: o que é o Segundo Testamento senão hermenêutica daquilo que foi transmitido às primeiras comunidades cristãs.

3. Hermenêuticas e abordagens bíblicas

Desde a crise da teoria das fontes na década de 1980, o que não quer dizer que a Bíblia não se tenha formado a partir de diversas fontes, surgiram um sem-número de métodos de leitura bíblica. Nos últimos anos, uma forte tendência é a concentração do estudo do texto na sua forma final unida à leitura canônica. Tomemos como base a pesquisa da história da redação dos livros proféticos, que se divide em três fases (RÖMER; MACCHI; NIHAN, 2010, p. 388s.).

A primeira fase situa-se no século XIX e início do século XX. Nesta etapa, em geral, considerava-se que os escritos remetiam literalmente aos profetas históricos. É o que comumente se denomina por leitura fundamentalista.

A segunda fase situa-se a partir da metade do século XX, quando se começa a falar mais insistentemente em redações ou camadas. Ou seja, haveria no texto unidades ou perícopes que remetem aos profetas históricos, sendo testemunhos autênticos desse ou daquele profeta. E partes ou unidades que seriam redações acrescidas, muitas vezes carregadas de ideologias do poder dominante, da corte e do templo. Chegou-se, em muitos casos, ao exagero de seccionar o texto em múltiplas partes, multiplicando-se as fontes. Evidentemente, o valor maior e mais buscado recaía sobre a parcela que possivelmente remitia ao profeta originário. O problema era que, em não poucos

casos, algumas unidades que por uns eram remetidas ao profeta original, por outros eram atribuídas a uma redação posterior, o que, obviamente, resultava numa enorme confusão para o leitor.

A terceira fase surge no final do século XX e se intensifica no princípio do século XXI. Esta análise volta seu olhar para a redação final e no conjunto da obra. Enquanto as duas primeiras se interessam pelo profeta, naquilo que ele disse e na autenticidade do texto, a terceira se preocupa com forma conjunta do texto. De maneira genérica, pode se dizer que as duas primeiras estão mais voltadas para o conteúdo, quem foi que disse, quando, onde e para quem, enquanto que a terceira está mais interessada na forma e na estética do texto.

Os argumentos a favor desse modelo (RÖMER; MACCHI; NIHAN, 2010, p. 392) parte do princípio de que a profecia, assim como os demais livros bíblicos, é o resultado de um longo processo coletivo que resultou no livro. Os redatores subsequentes também estariam no mesmo plano do profeta, ou seja, também seriam profetas, uma vez que tiveram a capacidade de reinterpretar e inovar a profecia e de incluir uma nova mensagem também entendida como profecia. Nesse sentido, os escribas também seriam profetas. Tanto que alguns livros proféticos podem ser atribuídos integralmente a escribas, como no caso dos livros de Malaquias e Jonas. Assim, já não haveria mais profeta autêntico no Primeiro Testamento, uma vez que as palavras do profeta, a tradição oral, foram postas por escritas e as redações posteriores de pequenas unidades ou frases já é interpretação. O crescimento literário dos livros proféticos poderia ser comparado a uma “floresta incontrolável” ou uma avalanche sempre crescente, onde não seria possível distinguir camadas menores ou maiores.

Não pensamos assim. Primeiramente, não há como negar a existência de camadas maiores ou menores nos livros bíblicos. Apenas para citar algumas: Como negar as diferenças das tradições na narrativa da história de Abraão, Isaac e Jacó presentes no livro do Gênesis ou da história de José, que é claramente uma unidade que foi acrescida tardiamente ao livro de Gênesis. Como não perceber a diferença dos cap. 40-48 do profeta Ezequiel, onde se encontra o fundamento da teocracia do pós-exílio, dos demais capítulos do livro?

Evidentemente que há contribuições neste modelo que podem ajudar em muito na análise dos textos bíblicos. No entanto, o estudo que permanece somente no nível sincrônico pode resultar em sérias perdas para a pesquisa bíblica. Elencamos algumas:

- a) Ignorar o contexto, tanto da formação oral da profecia quanto o do redator. Por mais difícil que possa ser, entendemos que para a compreensão do conteúdo é fundamental buscar situar o texto em seu contexto. Sem contexto, a profecia perde a força da denúncia.

- b) Tirar o contexto e a identidade do profeta é uma forma de matar o profeta, outra vez.
- c) Igualar todos os profetas, não importa se é da periferia ou do centro, do campo ou da corte e do templo.
- d) Colocar o mesmo peso numa denúncia contra a opressão dos pobres e numa preocupação com o cumprimento da lei que favorece o templo ou a corte.
- e) Privilegiar a forma e relativizar o conteúdo. Entendemos que a forma é importante por causa do conteúdo, que é o que deve ser o objeto final da pesquisa.

Tirar a importância da exegese.

4. Métodos e abordagens²

Com o avanço da pesquisa bíblica multiplicaram-se os métodos, o que por um lado enriquece o estudo, mas por outro o torna mais complexo. “Na exegese, como em outras ciências, quanto mais se abrem as fronteiras do desconhecido, tanto mais se alarga o campo a explorar” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 20).

O M.H.C. foi um marco na exegese bíblica. Aproximou a Bíblia e as ciências, aumentou a influência da Bíblia sobre a teologia renovando-a e melhorando o diálogo entre as ciências e a teologia, favoreceu o diálogo ecumênico, aumentou o interesse dos cristãos pela leitura bíblica etc.

O M.H.C., no entanto, não está isento de críticas. A crítica mais comum é de que seja um método que permanece no passado. Outra crítica é de que coloca a ênfase unicamente na dimensão humana, privilegia as ciências sociais e esquece de Deus; portanto, o método seria deficiente no ponto da fé. O método concentraria a sua atenção unicamente na perícopes, esquecendo o conjunto da obra. O M.H.C. faria da Bíblia um livro complexo reservado só para especialistas. Uma crítica mais atual é de que o método estaria voltado só para o conteúdo originário.

A partir dele ou em reação a ele surgiram novos métodos e novas abordagens que procuram ampliar e aprofundar aspectos do M.H.C. ou resgatar aspectos ignorados por ele. A diversidade de métodos ou abordagens é uma prova da riqueza da Bíblia e de que nenhum método é capaz de abarcar o todo da Bíblia.

Eis alguns aspectos dos métodos, bastante genéricos, portanto, limitados.

² Para esta apresentação iremos orientar-nos essencialmente no documento 134, produzido pela Pontifícia Comissão Bíblica. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1994, especialmente as p. 47-82.

4.1 Análise da retórica

A retórica é a arte de compor discursos persuasivos. Três são os elementos básicos do método: o orador (ou autor), o discurso (ou texto) e auditório (ou destinatário). A retórica tinha forte influência na cultura helenista. Ela valoriza a arte de se comunicar. Atualmente está muito forte a “nova retórica”. Sua deficiência estaria em que muitas vezes permanece apenas no interesse estilístico, portanto, sincrônico. Os autores bíblicos pertenceriam aos ambientes cultos, do contrário não saberiam de retórica (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 47-49).

4.2 Análise da narrativa

A análise da narrativa estuda o jeito pelo qual a história é contada, de maneira a envolver o leitor no “mundo do relato” e seu sistema de valores. Esse método busca valorizar o autor real (que compôs o relato), o autor implícito (imagem do autor produzida pelo texto no decorrer da leitura); o leitor real (aquele que lê ou ouve o texto), e o leitor implícito (aquele que o texto pressupõe ou aquele que é capaz de entrar no relato respondendo a maneira visada pelo autor real). A tarefa do exegeta seria a de facilitar esta identificação. Enquanto que o M.H.C. considera o texto como uma janela que permite observar uma outra época, a narrativa se fixa no estudo literário. De certa maneira, este método visa uma hermenêutica de tipo prático e pastoral. Sua abordagem é unicamente sincrônica, portanto, falta-lhe a diacronia (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 51-53).

4.3 Análise semiótica (a arte dos sinais e estudo da semântica)

É também um método sincrônico, que se concentra sobre o estudo do texto bíblico tal como ele se apresenta ao leitor em seu estado final. A análise semiótica também é conhecida pelo termo “estruturalismo”. O estudioso que mais se destacou neste método é Algirdas J. Grimas, da escola de Paris. A análise considera o texto em si. O método insiste em estabelecer a rede de relações de oposição entre os elementos do texto, bem como os diferentes níveis estruturais do mesmo (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 54-57).

4.4 Análise canônica

O M.H.C. se fixa muito no estudo individual do texto ou da perícopes; tem, portanto, dificuldade com o conjunto da Bíblia. Nascida nos EUA, a abordagem canônica busca entender cada texto dentro do sentido teológico do conjunto do cânon. Ela não quer suprir o M.H.C., mas completá-lo. Bibliistas que se destacaram nesta abordagem são Brevard S. Childs e James

A. Sanders. Uma das ênfases desta abordagem é o estudo crítico de como antigas tradições foram reutilizadas em novos contextos. Por exemplo, os *Midraxim*. A abordagem canônica é contra a supervalorização daquilo que supostamente é original e primitivo. Um livro torna-se bíblico somente à luz do Cânon inteiro (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 58-60).

5. Mediação das ciências humanas

5.1 Abordagem sociológica

Oriunda do M.H.C., a abordagem sociológica dá grande importância ao contexto vital: as tradições bíblicas levam a marca dos ambientes socioculturais que as transmitiram. Procura fazer uma leitura crítica do texto. Para tanto, pergunta pelas diversas formas de organização econômica, social, política e ideológica/religiosa da sociedade onde o texto surgiu. Procura estar atenta aos grupos e categorias sociais presentes ou ausentes no texto. Hoje, a abordagem sociológica dos textos bíblicos é parte integrante da exegese. O risco que teria essa leitura é a diferença e a distância da nossa realidade e da realidade bíblica; pouca informação bíblica e extra-bíblica sobre a sociedade do período bíblico; a tendência em dar demasiada atenção aos aspectos econômicos e políticos, e pouca às dimensões pessoais e religiosas (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 67-68).

5.2 Abordagem através da antropologia cultural

A abordagem antropológica está estreitamente ligada à abordagem sociológica. Só que, enquanto a sociológica se preocupa mais com os aspectos econômicos e institucionais, a abordagem antropológica se interessa pela arte, religião, vestuários, ornamentos, festas, danças, mitos, lendas e tudo o que concerne à etnografia. A abordagem antropológica não visa tanto a ideologia presente no conteúdo do texto, como a sociológica. Ou seja, não se volta tanto à leitura crítica (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 69-70).

5.3 Abordagens psicológicas e psicanalíticas

As abordagens psicológicas e psicanalíticas auxiliam na compreensão do texto bíblico enquanto experiência de vida e regras de comportamento. Estas abordagens trouxeram uma nova compreensão dos símbolos, do sentido dos ritos, dos cultos, dos sacrifícios, dos relatos de milagres, das visões apocalípticas etc. Evidentemente que uma psicologia ou psicanálise ateaia terá dificuldades em considerar os dados da fé. Outra dificuldade são as várias e diferentes escolas que têm diferentes interpretações sobre o comportamento humano (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 71-73).

5.4 Abordagem da libertação

A abordagem da libertação carrega a marca latino-americana. Seu ponto de partida, além da situação sócio-política e econômica dos países da América Latina e Caribe, encontra-se em dois grandes acontecimentos eclesiais: o Concílio Vaticano II e a segunda Assembleia do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano) realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, que aplicou os ensinamentos do Concílio às necessidades da América Latina. Enquanto movimento, propagou-se também em outras partes do mundo (África, Ásia, e população negra dos Estados Unidos).

A abordagem da libertação pratica uma leitura bíblica orientada em função das necessidades do povo, que procura na Bíblia o alimento da sua fé e da sua vida. Ao invés de se contentar com uma interpretação objetivante que se concentra sobre aquilo que diz o texto em seu contexto de origem, procura-se uma leitura que nasça da situação vivida pelo povo. Se este último vive em circunstâncias de opressão, é preciso recorrer à Bíblia para nela procurar o alimento capaz de sustentá-lo em suas lutas e suas esperanças. A realidade presente não deve ser ignorada, mas, ao contrário, afrontada em vista de iluminá-la à luz da Palavra. Desta luz resultará a práxis cristã transformadora da sociedade por meio da justiça e do amor.

Alguns princípios desta leitura

Deus está presente na história de seu povo para salvá-lo. Ele é o Deus dos pobres e excluídos, que não pode tolerar a opressão nem a injustiça (Ex 3,1-14). É por isso que a exegese não pode ser neutra, mas deve tomar partido pelos pobres e excluídos no seguimento de Deus. Como a libertação dos oprimidos é um processo coletivo, a comunidade dos pobres é a melhor destinatária para receber a Bíblia como palavra de libertação. Além disso, os textos bíblicos foram escritos para comunidades, é à comunidade que em primeiro lugar a leitura da Bíblia é confiada. A Palavra de Deus é plenamente atual, graças, sobretudo, à capacidade que possuem os “acontecimentos fundadores”, como a saída do Egito, a paixão e ressurreição de Jesus, de suscitar novas realizações no curso da história.

Críticas feitas à abordagem da libertação

É uma leitura que se concentra, sobretudo, em textos narrativos e proféticos que iluminam situações de opressão e que inspiram uma práxis de mudança social. Portanto, ela pode ser parcial, não dando tanta atenção a outros textos da Bíblia.

Se a exegese não pode ser neutra, ela também deveria evitar ser unilateral. Uma vez que a leitura bíblica deve partir da realidade sócio-política na

qual o leitor e a leitora estão inseridos, costuma-se recorrer às ciências sociais para a análise dessa realidade, o que pode resultar numa análise inspirada em doutrinas materialistas do princípio da luta de classes.

Devido à preocupação com a transformação social, essa leitura coloca a ênfase sobre uma escatologia terrestre, muitas vezes em detrimento da dimensão escatológica transcendente da Escritura (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p.74-78).

5.5 Leitura fundamentalista

A leitura fundamentalista teve origem na Reforma, mas não se limitou ao catolicismo. No protestantismo ela se firmou no final do século XIX (1895), nos EUA, e mais tarde se espalhou por todos os continentes. Nas últimas décadas cresceram seus adeptos com o crescimento de movimentos e Igrejas fundamentalistas.

A leitura fundamentalista parte do princípio de que a Bíblia, por ser palavra de Deus, é isenta de erro. Ela deve ser lida e interpretada literalmente em todos os seus detalhes. Opõe-se ao M.H.C., como a qualquer método científico. Não há necessidade da exegese. Recusa-se a admitir que a Palavra de Deus foi expressa em linguagem humana.

Crítica: ao se recusar em aceitar o caráter histórico da revelação bíblica, o fundamentalismo é incapaz de aceitar plenamente a verdade da própria Encarnação. Ele foge da estreita relação do divino e do humano, problema já presente no princípio do cristianismo e já confrontado nos primeiros concílios da Igreja.

Tem dificuldade em aceitar o histórico, por outro lado, torna histórico aquilo que não é pretensão de historicidade. Vale o princípio da “*Sola Scriptura*” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 86).

5.6 Abordagem feminista

Teve o seu início mais forte nos EUA, no final do século XIX. Esta hermenêutica está profundamente ligada à luta dos direitos da mulher no último século. Sua manifestação maior começou a partir dos anos de 1970.

Três são as tendências principais:

- a) A radical: que recusa a autoridade da Bíblia pelo seu androcentrismo: A Bíblia foi produzida para assegurar o domínio do homem sobre a mulher;
- b) A neo-ortodoxa: só valoriza aqueles textos que defendem os direitos da mulher;
- c) A crítica: procura ler os textos a partir da ótica feminista para descobrir a posição e o papel da mulher na sociedade israelita ou das

comunidades cristãs, e se os textos têm uma mensagem libertadora ou opressora da mulher. (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1994, p. 78-82).

A hermenêutica feminista parte fundamentalmente do método histórico crítico e da teologia da libertação, acrescentando seus critérios de investigação, em especial o da suspeita. Com a leitura feminista a exegese ganhou muito em qualidade, apontando aspectos não perceptíveis pelo olhar androcêntrico e desmascarando interpretações tendenciosas. A leitura feminista ajudou a desvelar o rosto materno de Deus presente na Bíblia.

6. Novas hermenêuticas

A partir da abordagem libertadora surgiram outras leituras. Uma vez que a teologia da libertação abordava a pessoa do pobre de uma forma muito genérica, começou-se a enfocar o texto bíblico a partir das diversas categorias sociais e ou étnicas. Nesse enfoque podemos situar:

6.1 A hermenêutica negra

A hermenêutica negra, que tem crescido muito nos últimos anos, parte essencialmente da realidade preconceituosa e discriminatória da qual os povos negros são vítimas e busca mudar a leitura que historicamente leu a Bíblia favorecendo a discriminação racial e a escravidão; resgata a leitura de um Deus presente na história do povo e que não suporta a opressão; valoriza o corpo, a dança, a música, as festas, as cores, a comida, a oralidade, a memória dos ancestrais etc.; questiona os valores preconceituosos do mercado e da cultura ocidental, como, por exemplo: a definição do branco como belo e o negro como feio. Essa leitura mostra a proximidade entre as organizações tribais africanas, com seus valores milenares e a organização dos povos da Bíblia.

Evidentemente que quem não se sentir identificado e comprometido com a causa, lutas e sonhos dos povos negros terá dificuldade com tal leitura.

6.2 Hermenêutica indígena

A exegese tradicional ainda se caracteriza demasiadamente racionalista e tem dificuldade em lidar com o mundo mítico e simbólico. Ela ignora e até despreza a cultura indígena, com suas crenças e costumes, considerando-a cheia de magia e não científica. A partir disso, entende-se o porquê, na história da América Latina, a Bíblia não ter sido uma boa notícia para os povos indígenas. De fato, para esses povos, a Bíblia se caracterizou mais como instrumento de opressão que de libertação. São diversos os episódios chocantes, como o caso do Frei Vicente Valverde, que foi ensinar o chefe indígena Atahualpa dizendo que Deus fala na Bíblia. O chefe tomou a Bíblia

e a aproximou ao ouvido. Ao não ouvir nada, atirou-a ao chão. Por essa atitude, Atahualpa foi sentenciado à morte. Porém, livrou-se da forca porque consentiu ser batizado.

Quando o Papa João Paulo II visitou o Peru, na comemoração aos 500 anos da chegada europeia na América, os povos indígenas lhe devolveram a Bíblia dizendo: “em 500 anos ela não nos trouxe nem amor, nem paz e nem justiça” (RICHARD, 1997, p. 26). Mais que compreensível, considerando o genocídio indígena causado pelos cristãos na América Latina e no Caribe.

Evidentemente que nem todas as experiências foram negativas; lembremos, por exemplo, de Bartolomeu de las Casas, Antônio Valdivieso, Monsenhor Proaños e outros que se identificaram com os povos indígenas e defenderam suas causas.

Apesar desse desencontro histórico, existe um vínculo muito estreito entre a organização dos povos indígenas, com seus valores e utopias, com o modo de ser do povo ou dos povos da Bíblia. Vejamos:

Assim como o povo de Israel, os indígenas têm uma relação muito grande com a terra, com a mãe terra: a *pachamama*, a *allpamama*. Para ambos, somos filhos da terra: dela saímos e a ela voltamos. Somos todos *adamah* (“terra”), diz o livro do Gênesis; a importância da consagração das primícias da colheita, porque a terra é de Deus; a busca permanente pela terra prometida que perpassa toda a Bíblia e a busca da pátria grande, da *Abia yala*, da terra sem males dos povos indígenas; o modo de organização tribal, a coletividade, a partilha, o núcleo familiar de pai, mãe, filhos, primos, tios; a transmissão oral, o trabalho comunitário, o mutirão, a minga, o puxirum; a importância dos antepassados; as curas, tão comuns no ministério de Jesus na prática dos povos indígenas. Ultimamente vai-se descobrindo, cada vez mais, que a Bíblia também está repleta de crenças em diferentes divindades, principalmente as ligadas à terra, à agricultura e à fertilidade, realidade muito comum no imaginário religioso dos povos indígenas (RICHARD, 1997).

Enfim, é preciso reinterpretar a Bíblia a partir da revelação de Deus na cultura indígena, pois, antes do evangelho e dos missionários chegarem, Deus já estava aqui. Portanto, a tarefa principal deveria ser a de ajudar a resgatar os valores autóctones desses povos e aprender com eles.

Dever-se-ia mencionar ainda outras abordagens, como, por exemplo, o da hermenêutica camponesa (CAÑAVERAL OROZCO, 2012), ou da hermenêutica ecológica³, hoje melhor definida como hermenêutica da sustentabili-

³ Ver, por exemplo, REIMER, Haroldo. Hermenêutica ecológica de textos bíblicos. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla*, Petrópolis, n. 50, p. 171-176, 2005; *Estudos bíblicos*, v. 30, 2013; *Caminhando*, v. 18, 2013.

dade. O fascinante é que estas novas abordagens nascem da necessidade de se buscar na Bíblia orientações que iluminem a solução de novos problemas que surgem na sociedade de tempos em tempos. São abordagens que até então eram desconhecidas. Portanto, a necessidade forja o olhar novo na Bíblia.

6.3 *Hermenêutica* pós-colonial

Hermenêutica pós-colonial tomou forças no final do século XX, a partir, principalmente, dos estudos pós-coloniais nas antigas colônias que haviam passado por um recente movimento de independência, mas não se restringe a isso. É um movimento anticolonial e tem como foco a crítica à razão pós-colonial. Nenhum colonialismo se constrói fora de si. O colonizador constrói a si mesmo quando coloniza. Constrói a si e exclui o colonizado. Por isso é colonialismo. Quando sai da colônia, o colonizador não a deixa de fato, pois permanece aí sua filosofia, teologia, história, modo de organizar a sociedade etc. Ele desconhece, fecha-se e destrói outro modo de sociedade. Portanto, o colonizado não se tornou independente de fato. Ele continua dependente do modo de pensar do colonizador: “Pode um subalterno falar”? Portanto, é preciso descolonizar o modo de pensar, partindo da geopolítica, da corpopolítica, da interculturalidade e da alteridade, um pensar entre lugares. Descolonizar a partir de grupos culturais de lugares e do diálogo entre a diversidade.

A hermenêutica bíblica pós-colonial tem raízes na teologia da libertação, mas se diferencia desta por sua internacionalidade. Enquanto que na teologia da libertação o campo de ação é predominantemente a partir dos empobrecidos da América Latina e Caribe, na teoria pós-colonial são os excluídos do mundo a falar da periferia do mundo. Por isso, entre seus principais pensadores se encontram nomes “estranhos”, da Ásia, da África e da Oceania. Por citar um exemplo, Pui-lan Kwok é hoje uma referência quando se trata de hermenêutica e teologia pós-colonial. Outro aspecto que difere da teologia da libertação é que, enquanto a teologia da libertação se caracteriza por ser um movimento predominantemente eclesial e teológico, a teoria pós-colonial amplia sua reflexão principalmente em direção à filosofia, mas também a outras ciências.

Na América Latina e Caribe, além da teologia da libertação, pode se colocar como vertentes da teoria pós-colonial a reflexão do filósofo Enrique Dussel e o Movimento Zapatista de Libertação (EZLN).

6.4 *Hermenêutica* do pluralismo religioso e a arqueologia

Milton Schwantes não se cansava de repetir: “A Bíblia não é de ninguém. A Bíblia é de todos”! Por isso, trabalhava sempre por uma leitura ecumênica da Bíblia.

Nos últimos anos esse enfoque vem crescendo e se ampliou para leituras em direção ao pluralismo religioso na Bíblia, graças a vários fatores, entre eles queremos destacar a arqueologia. Como se dá isso?

Como movimento, a arqueologia começou no final do século XIX e se intensificou nas primeiras décadas do século XX. E hoje a arqueologia se tornou indispensável para o estudo bíblico. Não deveríamos falar de arqueologia bíblica, porque esta não existe, mas de uma arqueologia das terras da Bíblia.

Nas últimas décadas, a arqueologia no Antigo Oriente Próximo, especificamente, Israel, Palestina e Jordânia, vem passando por sérias transformações. Se, no passado, os estudiosos faziam arqueologia tendo numa mão a picareta e noutra a Bíblia, hoje, com a independência da arqueologia, deixa-se que as “pedras falem”. Essa nova atitude dos arqueólogos trouxe à luz verdades que vêm provocando uma verdadeira reviravolta na compreensão, entre outros, da história de Israel e da Literatura Bíblica do Primeiro Testamento.

Tomemos como exemplo a compreensão que se tinha sobre o surgimento e desenvolvimento dos Estados de Israel e Judá. Graças aos avanços da arqueologia e do estudo literário chegou-se praticamente a uma certeza de que Judá, com sua capital Jerusalém, começou a se desenvolver e a criar status de Estado somente no final do século VIII e início do século VII a.C., mais especificamente depois da queda e deportação da Samaria, 722 a.C. Isso coloca em cheque toda a grandeza da monarquia unida dos reinados de Davi e Salomão. Por outro lado, descobre-se uma nova grandeza: Israel, comumente denominado de Reino do Norte. Se do sul, Judá, da sua grandeza anterior aos séculos VIII a.C., a arqueologia não tem encontrado praticamente nada, de Israel, Reino do Norte, ao contrário, muitos achados arqueológicos e fontes extra bíblicas atestam sua grandeza. No entanto, Israel, Norte, sempre foi ignorado na pesquisa. Os duzentos anos de história que compreende o período de 930 a.C. até queda da Samaria, 722 a.C., foram considerados pelos historiadores e exegetas como um período insignificante. Curiosamente, as estelas de Mesa, de Salmanassar III e de Dã, esta encontrada recentemente, foram situadas no mesmo período, ao redor de 840 a.C. (KAEFER, 2012, p. 33-46), e se referem à mesma região, ao mesmo contexto político, aos mesmos reis e ao mesmo Estado: Israel, Norte.

Portanto, “escavar” arqueológica e literariamente a história de Israel, Norte, exigirá uma total revisão da compreensão de conceitos como, por exemplo, “povo eleito” e “Deus único”. Uma vez que esses são atributos tardios. Na sua origem, Israel não era uma nação, mas uma multidão de cananeus excluídos, com costumes diversos e com crenças em uma pluralidade de divindades, como El, Astarte, Baal, Asherá, Anat, Elohim, Javé etc. Elas eram predominantemente divindades da fertilidade, pois, na sua origem, o

povo de Israel se compunha, em sua quase totalidade, de camponeses agricultores e criadores de gado pequeno. Portanto, um povo que dependia da fertilidade da terra e dos animais para a sua sobrevivência. Mas, não só da terra e dos animais, também da fertilidade das pessoas, especialmente a da mulher. Por isso, como se pode perceber, a grande presença de divindades femininas no panteão cananeu, exatamente pela importância da mulher e da sua fertilidade, como garantia de futuro para a tribo ou clã. Essas divindades, mais tarde, com a centralização do Estado nas mãos do Rei e do Sacerdote, são excluídas e substituídas por um Deus único e varão.

Ampliando o enfoque, com a ajuda de uma arqueologia que busca se distanciar do texto bíblico para fazer uma leitura mais imparcial do mesmo e ampliando os horizontes, ajudou a despertar o interesse pela literatura produzida no entorno dos textos bíblicos. Esse ambiente é mais rico no Segundo Testamento, onde a literatura é mais abundante, mas que, por razões diversas, muitas delas alheias ao nosso conhecimento, não entraram no Canon. No entanto, seguramente, influenciaram a formação dos textos bíblicos. Poder-se-ia denominar esse olhar como a busca pelas fontes onde beberam os textos canônicos.

Finalizando, a arqueologia que volta seu olhar para o entorno do ambiente bíblico e que busca resgatar o considerado insignificante mundo cananeu de Israel, Norte, oculto na Bíblia, vai de encontro às minorias e maiorias excluídas da América Latina e Caribe. Ela é um auxílio para a hermenêutica que privilegia a leitura a partir dos povos ameríndios e afrodescendentes, quilombolas, indígenas, campesinos, da leitura de gênero etc. Afinal de contas, os pobres e excluídos continuam presentes na Bíblia e mais do que nunca presentes em nosso tempo.

Referências

ARENS, Eduardo. **A Bíblia sem mitos**. São Paulo: Paulus, 2007.

ADRIANO FILHO, José. Estética da Recepção e Hermenêutica Bíblica. In: NOGUEIRA, Paulo Augusto (Org.). **Linguagens da Religião: Perspectivas, Métodos e Conceitos Centrais**. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 165-190.

CROATTO, José Severino. **Hermenêutica Bíblica**. São Paulo: Paulinas, 1985.

FINKELSTEIN, Israel; MAZAR, Amihai. **The quest for the historical Israel: debating archaeology and the history of early Israel**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

KAEFER, José Ademar. A Estela de Dã. **Caminhando**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-46, 2012.

_____. La Biblia en los documentos del CELAM. **Reseña bíblica - La Biblia en la teología latinoamericana**, Estella, n. 59, p. 17-26, 2008.

- KWOK, Pui-lan. **Discovering the Bible in the non-biblical world**. Oregon: Orbi Books, 1995.
- MESTERS, C. O que me vai no coração: Sobre a fonte e o rumo da interpretação da Bíblia. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla**, Petrópolis, n. 50, p. 25-29, 2005.
- _____. **Por trás das palavras**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- NOGUEIRA, Paulo Augusto. Hermenêutica da Recepção: textos bíblicos nas fronteiras da cultura e no longo tempo. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 26, n. 42, p. 15-31, 2012.
- OROZCO, Anibal Cañaverl. **Andar en el encanto de la palabra**: Diálogo de saberes en Artífices, entradas, Llaves y Claves. Bogotá: CEDEBI, 2012. (Tierra y Cántaro).
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1994. (A voz do Papa, 134).
- REIMER, Haroldo. Hermenêutica ecológica de textos bíblicos. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla**, Petrópolis, n. 50, p. 171-176, 2005.
- RICHARD, Pablo. Interpretação bíblica desde as culturas indígenas (maias, kunas e quêchuas) da América Latina. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla*, Petrópolis, n. 26, p. 48-62, 1997.
- _____. Ribla: 19 anos de trabalho e 50 números publicados – Síntese de nossos ganhos mais significativos. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla**, Petrópolis, n. 50, p. 11-19, 2005.
- RIEGER, Joerg; KWOK, Pui-lan. **Occupy religion: theology of the multitude**. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.
- RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe (Org.). *Antigo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010.
- SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. London: Zed Books, 2012.
- SUGIRTHARAJAH, R. S. **Exploring postcolonial biblical criticism: history, method, practice**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012.
- _____. **The Bible and empire: postcolonial explorations**. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- _____. **The postcolonial Biblical reader**. Oxford: Blackwell Pub., 2006.

Submetido em: 24-2-2014

Aceito em: 19-5-2014